

XIV Congresso Brasileiro de Sociologia
28 de maio a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ)
Grupo de Trabalho “Sociologia Economica”

**Racionalidade econômica e estrutura social: o embeddedness e o ethos
do empresário capitalista**

Ana Monteiro Costa
ESPN- Escola Superior de Publicidade e Marketing
Clovis Schmitt Souza
Universidade Federal de Santa Maria

Racionalidade econômica e estrutura social: o embeddedness e o ethos do empresário capitalista

Ana Monteiro Costa (ESPN)

Clovis Schmitt Souza (UFSM) - Co-Autor

Resumo: A união das ciências econômica e sociais ressalta a importância dos aspectos culturais para explicar o tipo de desenvolvimento capitalista que as sociedades comungam. Disto destaca-se a figura do empresário, como o agente responsável pela dinamização desse sistema. Objetiva-se, então, investigar a formação do ethos do empresário capitalista [moderno], contrapondo-o com a concepção da pecuniariedade e do ócio conspícuo [atrasado], que caracteriza a elite capitalista tradicional. Busca-se compreender quais são os valores enraizados que diferenciam esses agentes. Para tanto, a análise será baseada nos seguintes autores: Weber, Schumpeter, Veblen, e Granovetter. Justifica-se esta discussão por ser o entendimento da motivação psico-social da elite um aspecto fundamental à análise das consequências sócio-econômicas das escolhas racionais ou subjetivamente construídas pelos agentes sociais.

Introdução

Bresser Pereira já ressaltava em um artigo de 1962 a importância de se conhecer a origem e a natureza do empresário como um primeiro meio para se propor medidas que impulsionem o desenvolvimento do capitalismo, já que este é o agente promotor da inovação. No entanto, as explicações acerca da estrutura econômica, do modo como se dá a acumulação de capital, não são suficientes para investigar a conduta desse agente, tão pouco a estrutura social se satisfaz por si. Então, este seria um dos tantos aspectos a ser amparado pela sociologia econômica, através da retomada e da complementação de autores tanto das ciências econômicas, quanto das sociais.

Para tanto, foram escolhidos autores que falam da figura do empresário em si, como Schumpeter e Weber, e que abordam aspectos relativos à cultura e à conduta de vida, como Veblen e Granovetter. Reconhece-se que há uma gama maior de autores que poderia enriquecer essa abordagem, o que pretende-se fazer em trabalhos futuros. Entretanto, casar esses grandes autores mostra a relevância e a necessidade da inter-relação entre economia e

sociologia, uma vez que para entender o modo de agir, a racionalidade econômica, é necessário conhecer o *ethos* do empresário e os valores enraizados, *embeddedness* que o formam. Para tanto, o presente artigo apresenta a contribuição desses autores no que tange esse aspecto especificamente e procura ressaltar até que ponto estes se completam e se encontram.

O *ethos* do empresário capitalista:

A figura do empresário, empreendedor e dinamizador da produção capitalista moderna permeia tanto as análises econômicas como sociológicas. Dentro da literatura que procura interpretar o Brasil, este aparece como um contraponto do capitalista atrasado que aqui habita, de costumes pecuniários, com produção de caráter rentista. Porém, pouco se escreve sobre o “modelo ideal”, aquele dito como o capaz de promover o desenvolvimento econômico. Aqui, propõem-se a compilação de alguns importantes autores das ciências econômicas e sociais que se complementam e até se sobrepõem ao tratar da mola indispensável ao capitalismo moderno: o empresário.

Os autores aqui selecionados convergem na negação de que é a acumulação de capital que explica o desenvolvimento do capitalismo, bem como na afirmação de que são aspectos psico-sociais, mais propriamente atribuídos à cultura e a absorção cognitiva do meio, os impulsionadores da conduta, da racionalização, do empresário. Ainda, assumem que este se diferencia dos demais atores sociais por seu modo de agir. Propõem-se, então, analisar algumas teses econômicas e sociológicas de modo a delinear esse sujeito, e, ainda, demonstrar como a interação dessas ciências contribui para o entendimento de ambas. O fio condutor dessa análise não será regido por uma ordem cronológica, ou seja, não se tem por intenção identificar qual autor se apropria da idéia de outro, mas em cadência com a investigação, de modo a facilitar o esboço mental que forma o *ethos* do empresário.

Schumpeter (1982) creditava às inovações o desenvolvimento econômico. O crescimento econômico até poderia acontecer em um fluxo circular, adaptando e alocando melhor os fatores, mas o desenvolvimento

econômico, um novo patamar de produção, só surgiria com a ruptura do fluxo circular e esta aconteceria a partir de uma inovação.

O processo de inovação não surge espontaneamente, ou por meio do crescimento populacional ou da acumulação de capital; mas sim, pela ação de uma figura que tem a psique voltada ao desafio, ao empreendedorismo, chamado por Schumpeter de empresário. Esta se distingue do restante da sociedade, por portar uma energia e capacidade de realizar coisas novas, características que não são difundidas pela população como um todo. O empresário não é obrigatoriamente o dono do capital, mas aquele que cria, que inova, o dinamizador da produção (COSTA, 2005). É o sujeito que possuidor do espírito inovador.

Mas o que leva esse sujeito a inovar? Schumpeter assume que o prestígio social seria um dos maiores motivadores, mas reconhece que o estudo da psicologia empresarial não é algo fácil de se fazer. Segundo Weber (2004) a raiz do ethos, da conduta de vida tomada pelo empresário é cultural, mais propriamente religiosa.

Para Weber não é a norma em si que explica a ação social, mas a apropriação que o ator social faz dessa norma. Assim, as instituições, os valores, não determinam o comportamento dos indivíduos, mas o guiam (RAUD-MATTEDI, 2005). Weber não acredita em um etapismo para o desenvolvimento, rejeita o *evolucionismo material*, mas é adepto de um *evolucionismo formal* que se concentra nos aspectos cognitivo e moral (SOUZA, 1998). Sua investigação paira sobre as sanções psicológicas que se originam na vida e na prática religiosa, e que orientam a conduta do indivíduo. É que para Weber “tanto a moralidade quanto a necessidade de compreensão de mundo nascem como movimentos endógenos à racionalidade religiosa” (SOUZA, p. 2, 1998). Em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber vincula economia com religião, ou como os valores derivam desta. Segundo o autor, o protestantismo caracteriza-se por uma racionalidade específica, cujo ponto fundamental de impacto sobre o capitalismo é a racionalidade do trabalho como vocação e ascese intramundana. Não é apontada uma causalidade estrita entre o protestantismo e o capitalismo, mas uma afinidade entre estes.

Assim, o que explica o capitalismo moderno não é um mero bom senso comercial, mas um *ethos*, um modo de ver e viver, uma essência. O ser humano pode obter a santificação em vida, vivendo conforme a vontade de Deus, que é expressada pela vocação. Esta é vista por Weber (2004) como o dogma central do protestantismo. Calvino pregava aos seus que “desde que obedecias a tua vocação, nenhuma obra tão ignóbil e vil haverá de ser que diante de Deus não resplandeça e seja tida por valiosíssima (CALVINO, 1989 apud FERREIRA, p. 3, 2000).

Para Weber, a vocação do protestantismo ascético não é um destino conforme o qual cada um deva se submeter, mas um mandamento de Deus a todos, para que trabalhem para a Sua glória. Essa peculiaridade, aparentemente irrelevante, teve inestimáveis conseqüências psicológicas, relacionando-se com maior afinidade dessa significação providencial da ordem econômica (FERREIRA, 2000).

Conforme Souza (1998), é incorreto afirmar que a religião em Weber é uma inversão da casualidade econômica em Marx. Para Weber (2004), a religião tem importância não causal, mas heurística. Sua meta era achar a essência, o “espírito”, do capitalismo mais desenvolvido, “moderno”. O que o instigava eram as diferenças existentes entre o *capitalismo moderno* e o *capitalismo tradicional*. Na busca do “espírito capitalista”, Weber (2004) não busca identificar apenas a perspicácia nos negócios, mas um *ethos* particular. Sobre esse espírito capitalista, Weber afirma:

Se é que é possível encontrar um objeto que dê algum sentido ao emprego dessa designação, ele só pode ser uma “individualidade histórica”, isto é, um complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua significação cultural (WEBER, p. 41, 2004).

Ainda, cabe ressaltar que Weber utilizava o termo espírito tendo como base aspectos sócio-históricos remetentes de um complexo cultural que o autor identificava como próprios do sistema capitalista. O significado religioso remete ao cotidiano da dedicação ao trabalho, onde a dedicação à profissão é vista como um meio para a glória de Deus. “Tal espírito construiu a imagem segundo a qual o trabalho deve ser executado como um fim absoluto em si mesmo, como uma “vocação”” (PASSIANI, p. 51, 2001).

E, para Weber (2004) este espírito, que forma o capitalismo moderno, é típico do Ocidente e se caracteriza por ser uma ação econômica com expectativa de auferir lucro, através da racionalidade da produção. Conforme Sell (2007), o conceito de modernidade usado por Weber está associado à idéia de racionalidade, cujo valor se opunha aos valores das práticas sociais tradicionais. Então, a superioridade do racionalismo ocidental ante outros racionalismos culturais específicos decorre da visão protestante ascética.

Apenas o Ocidente consegue superar os limites de uma concepção de mundo tradicional e da forma de consciência que lhe corresponde. A aquisição de uma consciência moral pós-tradicional é o que está em jogo na passagem da ética na convicção, típica das sociedades tradicionais legitimadas religiosamente segundo uma moral substantiva, para a ética da responsabilidade, que pressupõe contexto secularizado e subjetivação da problemática moral. Esta passagem é "espontânea" apenas no Ocidente. O seu produto mais acabado é o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e a sociedade onde vive. Este indivíduo liberto das amarras da tradição é o alfa e o ômega de tudo que associamos com modernidade ocidental, como mercado capitalista (SOUZA, p. 5, 1998).

Então, tal qual Schumpeter, Weber assume que o capitalismo moderno surge no Ocidente. Este tem por característica a moderna organização racional da empresa, baseada na separação da economia doméstica e na criação da contabilidade racional (FERREIRA, 2000). O processo de racionalização mostra como são formadas as regras sociais. "os processos empíricos devem ser interpretados por referência às relações (de conflito, de favorecimento ou de indiferença) que neles se dão entre os efeitos de vigência dos diferentes princípios orientadores dos processos de racionalização" (SANTOS, p. 14, 1999). Trata-se do racionalismo ascético de Weber.

Weber (2004) não nega a existência de outros tipos de capitalismo. Na economia capitalista "tradicionalista" o espírito que anima os empresários é a cadência de vida tradicional, o montante de lucros tradicional, a quantidade tradicional de trabalho, o modo tradicional de conduzir os negócios e de se relacionar com os trabalhadores e com a freguesia. Seria, portanto, a ausência do ímpeto de crescimento e ampliação do capital, da inovação. Esta, segundo Schumpeter (1982) viria através da ação do empresário.

Essa diferenciação entre o tradicional e o moderno é habilmente pontuada por Veblen, que via a sociedade como um organismo altamente

complexo, em declínio ou em crescimento, sempre mudando e se adaptando (ou deixando de se adaptar) a situações novas. Veblen (1965) procura identificar os fatores que promovem o atraso, ou melhor, que impedem o desenvolvimento, e identifica a conduta de parte da elite como o responsável. Assim, seu trabalho se propõe a investigar a origem da classe ociosa, que seria o contraponto do empresário. Ao longo da história, o homem tende a desenvolver o trabalho predatório ou o trabalho eficaz. Dessa divisão surgem, em uma perspectiva histórica, as instituições que são entendidas pelo autor como hábitos de pensamento dominante. Distingue a classe ociosa, responsável pelo atraso, daquela que tem a destreza da inovação:

A instituição de uma classe ociosa é o resultado de uma discriminação, bem cedo estabelecida, entre as diversas funções, segundo a qual algumas são dignas e outras indignas. Estabelecida a discriminação, as funções dignas são aquelas sem que intervém um elemento de proeza ou façanha; as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento espetacular existe (VEBLEN, p. 25, 1965).

Veblen, assim como Weber, distingue o consumo que promove o crescimento, daquele que ocasiona a permanência de uma sociedade tradicional. O consumo, na sociedade pecuniária, apresenta um objetivo de satisfação das necessidades pessoais, no entanto o motivo que está na base da propriedade é a emulação. A posse da riqueza confere honra. Nesta sociedade, a propriedade consiste na prova mais evidente de honraria, de realização heróica. A propriedade se torna a base convencional da estima social. Aquele que não alcança a riqueza não tem estima social e isso abala sua auto-estima; somente indivíduos de temperamento excepcional conseguem acumular riqueza (VEBLEN, 1965).

Portanto, quando um grupo de pessoas se apodera do trabalho útil de outras, dedicando-se ao ócio, a riqueza e o lazer têm um prazer para além de sua existência: o objetivo primeiro é a ostentação. A acumulação busca mais uma posição honorífica na sociedade do que uma necessidade material. Mas não basta abster-se do trabalho útil; é necessário evidenciar isto socialmente. O objetivo não é dedicar-se a inatividade, ao ócio sem objetivo. O que a classe ociosa pratica é o ócio conspícuo, que corresponde ao tempo dedicado a atividades que não visam à produção. Nessa sociedade, não é dado o incentivo

ao surgimento do empresário e sim ao capitalista tradicional, que pode promover crescimento, mas não desenvolvimento econômico.

As instituições industriais são aquelas orientadas para a eficiência da produção e para a melhoria do bem-estar material. Já as instituições pecuniárias são derivadas do instinto predatório e são avessas ao trabalho útil. Para Veblen, os princípios pecuniários e a eficiência industrial são incompatíveis, pois os lucros não guardam nenhuma relação com o benefício que podem trazer para a sociedade (MONASTÉRIO, 1998).

Os indivíduos que conseguem acumular riqueza e exercer o ócio conspícuo servem de modelo para o restante da sociedade. Ao invés de causar revolta, tendem a causar admiração. “O conceito de dignidade, valia ou honra, quando aplicado a determinados indivíduos ou determinadas atividades, é de primordial importância no desenvolvimento das classes e das diferenças de classe” (VEBLEN, p. 31, 1965). Sob esse aspecto, a Teoria da Classe Ociosa desvenda uma motivação psico-social para a persistência da pecuniariedade.

Veblen faz esse apanhado da origem da classe ociosa, da propriedade e os aspectos psico-sociais que estes exercem para além da satisfação material, na tentativa de vislumbrar os motivos da permanência das instituições pecuniárias na sociedade industrial. Essas instituições se mantêm, mesmo a custo do desenvolvimento econômico. Aqui, ressalta-se a importância de Veblen para o entendimento da sociedade e da economia brasileira.

Veblen investiga o fundamento psicológico existente na discriminação do trabalho. O homem é um agente que procura a realização concreta. Segundo o autor, ele tem preferência por atividades eficazes e repugnância por esforço irrelevante. Assim, ele sente o mérito da eficiência e o demérito da futilidade, do desperdício, da incapacidade. Na sociedade industrial-pecuniária, o trabalho adquire um caráter desagradável, devido à indignidade a que está ligado. “A atividade industrial (...) torna-se odiosa; e do ponto de vista do senso comum os instrumentos e equipamentos da indústria se consideram indignos de um homem de paz. O trabalho se torna tédio” (VEBLEN, p. 33, 1965).

Portanto, apesar de as mudanças institucionais ocorrem, muitos traços são mantidos e ajudam a evidenciar problemas estruturais das sociedades. As mudanças ocorrem gradualmente, tendendo a manter características de estágios anteriores. O que tornará uma sociedade moderna ou atrasada, para

Veblen, é o seu legado cultural, os valores enraizados, a que Granovetter denominou *embeddedness*.

A postura de Granovetter preocupa-se em identificar as transformações na sociedade capitalista moderna, em especial, o lugar desempenhado pelo mercado nos impactos da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo dos agentes sociais. Com o conceito de *embeddedness* (imersão, enraizamento) observa a influência do social para compreensão do agir na economia. Uma força que coloca as coisas em funcionamento, mas que, não condiciona seus membros e também é condicionado por eles. Os valores, a cultura, são os condutores da postura econômica e da formação social.

Por conta disso, o comportamento dos atores sociais resulta da compreensão de suas posições formais e do conjunto de papéis exercidos por estes. Para tanto, como se pode depreender da visão do autor, a orientação da conduta dos agentes ganha importância neste agir dentro das instituições. Por conseguinte, a admissão desta postura contrasta com a postura adotada pelos neoclássicos que compreendem o agir econômico como uma decisão atomizada e fora de um contexto social. Mas, ao contrário destes, o que Granovetter (1985) observa consiste na compreensão das ações inseridas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Assim, a visão do autor chama atenção para necessidade de uma abordagem teórica e empírica do estudo do comportamento econômico onde a confiança e má-fé são elementos importantes na atividade de decifrar os mecanismos que engendram o agir econômico. Nesse contexto, para fortalecer a confiança dos agentes, a má-fé seria evitada por arranjos institucionais inteligentes capazes de fortalecer o envolvimento do indivíduo na relação social. Assim, uma estrutura social com fortes laços de base para fortalecer a ação individual, ou seja, o enraizamento decorre da ação ordenada dos indivíduos dentro do grupo são ativadas, constrangidas e modeladas por laços sociais entre os indivíduos.

Por conseguinte, o argumento da imersão enfatiza o papel das relações pessoais concretas e as estruturas destas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé. Neste objetivo, um importante ganho para

evitar-se a adoção de uma ação deliberada que fragilize a relação entre os indivíduos diz respeito da construção de uma moralidade entre os agentes. Neste sentido, o agir econômico é identificado como um espaço social por intermédio do qual as relações de confiança e não de má-fé são positivadas e valorizadas pelos agentes na transação que independe do tipo de composição da sociedade.

Na compreensão do capitalismo moderno, Weber também atribuía as escolhas tomadas pelos atores a diferenças não de capital, mas de patrimônio (valores) herdados. Conclui que o espírito para o trabalho e de progresso não pode ser atribuído à “alegria com o mundo” em sentido iluminista. Para encontrar parentescos entre o antigo espírito protestante e a cultura capitalista moderna, não é em sua alegria com o mundo, mais ou menos materialista ou até mesmo antiascética, mas sim em seus traços puramente religiosos. O antigo protestantismo condenava aspectos da vida moderna. Assim, nem a falta de consumo, nem a ganância explicam o desenvolvimento do capitalismo. A falta de escrúpulos na consolidação do interesse pessoal no ganho pecuniário, bem como o desregramento da ânsia de ganhar, estiveram estritamente ligados aos laços tradicionais. O espírito do capitalismo nasce, necessariamente, da vocação secular do trabalho.

A avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como “espírito capitalista” (WEBER, p. 123, 2004).

Segundo sua análise, um dos obstáculos mais fortes para a adaptação dos seres humanos aos pressupostos da ordem econômica de cunho capitalista-burguês é que a valorização racional do capital no quadro da empresa e a organização capitalista racional do trabalho ainda não haviam se tornado as potências dominantes na orientação da ação econômica. Disso ele diferenciava o capitalismo tradicional do moderno:

O adversário com o qual teve de lutar o “espírito” do capitalismo [no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a “ética”] foi em primeiro lugar [e continuou sendo] aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que se pode chamar de tradicionalismo (WEBER, p.53, 2004).

Weber denominava de *tradicional* a atitude daquele ser humano que não quer “por natureza” ganhar mais dinheiro, mas simplesmente viver e ganhar o necessário para tanto. Seria o fluxo circular pensado por Schumpeter. Essa era a maior resistência para o desenvolvimento do *capitalismo moderno*. Dado o desgaste despendido no ato de trabalhar, faz-se necessário um grande senso de responsabilidade e de disposição que estejam desvinculados da busca pela maior comodidade possível, com o mínimo de esforço e que almeja o salário necessário para viver. É necessária uma disposição para executar o trabalho como se fosse um fim em si mesmo, uma “vocação”. Segundo Weber (2004), esta disposição não está na natureza ou é estimulado por maiores salários, mas sim, faz parte de um processo educativo religioso. Assim, não é a acumulação de capital que explica o desenvolvimento do capitalismo moderno nem aspectos étnicos. Onde o capitalismo tornou-se moderno,

a regra geral não foi algo como um afluxo de dinheiro novo a provocar uma reviravolta, mas sim a entrada em cena de um novo espírito, o tal “espírito do capitalismo [moderno]” (...) Por toda a parte onde emerge e se efetiva, ele cria para si as provisões monetárias como meio de sua efetivação, não o contrário (WEBER, p. 61, 2004).

Essa é uma concepção contrária ao capitalismo aventureiro orientado pelo oportunismo político e pela especulação irracional. Os capitalistas modernos não eram os especuladores temerários e sem escrúpulos, aqueles aventureiros econômicos, mas sim “homens criados na dura escola da vida, a um só tempo audazes e ponderados, mas sobretudo sóbrios e constantes, sagazes e inteiramente devotados à causa, homens com visões e “princípios” rigorosamente burgueses” (WEBER, p. 62, 2004). Weber descreve assim o *tipo ideal* do empresário capitalista:

não tem nenhum parentesco com esses ricos de aparência mais óbvia ou refinada. Ele se esquivava à ostentação e à despesa inútil, bem como ao gozo consciente do seu poder, sente-se antes incomodado com os sinais externos da deferência social de que desfruta. Sua conduta (...) comporta quase sempre certo lance ascético (...). Ou seja, não raro, mas bastante freqüente, encontrar nele uma dose de fria modéstia (...). De sua riqueza “nada tem” para si mesmo, a não ser a irracional sensação de “cumprimento do dever profissional” (WEBER, p. 63, 2004).

A isso Weber compartilha o pensamento de Veblen sobre o consumo e a conduta de vida da elite responsável pelo capitalismo atrasado e aquele ator que tem o caráter dinamizador, inovador, que promove o capitalismo moderno. Conforme Weber (2004), quando o capitalismo [moderno] se desenvolve, este não precisa mais se apoiar no aval das forças religiosas. No entanto, esse espírito só se desenvolve por haver a consolidação de valores religiosos previamente realizada. Um exemplo disso é o fator mais importante para o desenvolvimento do “espírito capitalista”, a ética do trabalho a partir dos valores religiosos. Esses empresários e trabalhadores que têm uma visão e defesa de mundo ascético consideram o trabalho indispensável à vida. Como já ressaltado por Weber (2004), esse valor do ponto de vista religioso era exercido de fato e não por aparência, como pode acontecer na conduta utilitarista. Esse valor fica fortemente *enraizado*, forma o *embeddedness*, na conduta dos atores, que passa a ser motivada por uma felicidade pessoal. O fato de ser indispensável à vida explica o porquê dessa conduta “irracional”, onde o ser humano existe para o seu negócio e não o contrário. Esta é a resposta para o questionamento de Schumpeter sobre a pique do empresário, que não necessariamente busca um reconhecimento social, mas toma suas atitudes com base nos valores enraizados, introspectados historicamente. Nesse sentido, exercem sua profissão como vocação, criada a partir de um legado cultural, que para Weber tinham na religião seu principal leme.

A dignificação da pessoa através do trabalho estava presente em diversas religiões, mas no protestantismo esta aparecia de forma peculiar. O protestantismo começou a valorizar o exercício do trabalho como auto-realização moral. Essa moral reconhece que o único meio de viver que agrada Deus não está em seguir a moralidade intramundana pela ascese monástica (católica), mas sim em cumprir os deveres intramundanos, que correspondem à “vocação profissional”. Sob essa perspectiva, não só o trabalho é valorizado como aspectos que o perturbam como o descanso sobre a posse, o gozo da riqueza, o ócio e o lazer são condenáveis. No Outro Mundo o ser humano poderá descansar, mas na terra deve buscar o estado de graça através do trabalho. Assim sendo:

Ócio e prazer, não; só serve a ação, o agir conforme a vontade de Deus inequivocadamente revelada afim de aumentar sua glória. A

perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados (...). Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com conversa mole, com luxo, mesmo com sono além do necessário à saúde (...) é absolutamente condenável em termos morais (WEBER, p. 143, 2004).

Ainda, somando-se à vocação, a racionalização do trabalho, que irá culminar na especialização, era vista como moralmente correta entre os protestantes. A profissão assumia um caráter metódico-sistemático que é exigido pela ascese intramundana. Não agradava a Deus somente o trabalho em si, mas o trabalho profissional racional. Do ponto de vista do empresário, este devia buscar oportunidades de lucro como meio de agradar a Deus. Essa desobstrução da ambição de lucro, aliada à condenação do consumo supérfluo, resultou na coerção ascética à poupança, que culminou na acumulação de capital. Para Weber, a ascese protestante intramundana:

teve o efeito [psicológico] de liberar o enriquecimento dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cercavam a ambição de lucro, não só ao legalizá-lo, mas também ao encará-lo como diretamente querido por Deus. A luta contra a concupiscência da carne e o apego aos bens exteriores não era (...) uma luta contra o ganho [racional] [mas contra o uso irracional das posses] (WEBER, p. 155, 2004).

Esse estímulo ao aumento do ganho, condenando o consumo, acabou por favorecer o emprego do capital produtivo, ou seja, do investimento em capital. Dessa forma, a vocação foi empregada como estímulo psicológico capaz de ampliar a produtividade tanto para o trabalhador quanto para o empresário. Assim, para Weber (2004), os principais aspectos desse “espírito capitalista” têm sua gênese no protestantismo, onde a valorização religiosa do trabalho profissional racional (sem descanso, contínuo, sistemático), e a ambição pelo lucro eram tidas como os meios ascéticos da regeneração de um ser humano e os meios supremos de demonstração de fé.

Nesse sentido, as instituições podem ser vistas como fatos sociais, tal qual na sociologia econômica. Weber rejeitaria a hipótese de que uma ética econômica ou um espírito capitalista pudesse ser explicado apenas pela estrutura social. Para o autor, as forças da cultura, principalmente aquela oriunda de determinadas doutrinas religiosas, exercem papel central na explicação do surgimento do capitalismo moderno. Sobre esse aspecto, Weber

defende que o comportamento econômico dos empresários capitalistas só será compreendido se considerarmos sua concepção de mundo e seu sistema de valores (PASSIANI, 2001).

Este *patchwork*, que procurou formar a figura do empresário, teve no ligado cultural a linha mais forte para unir Schumpeter, Weber, Veblen e Granovetter na análise econômico-social. A compreensão do capitalismo moderno, conforme Weber, passa pelo conhecimento de um novo *ethos* e conduta de vida, um novo conjunto de valores que não possuem raízes políticas ou econômicas. A racionalidade que guia o espírito capitalista está em um conjunto de valores que fortalecem e introduzem uma sistematização de conduta ética (PASSIANI, 2001). E contribuir para o entendimento do *ethos* desse empresário foi a proposta desse trabalho.

Considerações finais

A partir desta grade de pesos do campo teórico da economia e sociologia nosso objetivo foi delinear alguns argumentos acerca do fenômeno da figura do empresário como agente social capaz de inserir o *espírito* da inovação na estrutura da sociedade capitalista. Agente social de destaque protagonizou importantes modificações político social da sociedade ocidental ao inserir o *ethos* empresarial no agir do *homo economicus* com forte matiz de valores morais advindos de um pensamento de empreendedorismo. Neste sentido, um campo profícuo de reflexões apresenta-se para identificação dos elementos de inserção deste empresário como um real dinamizador da economia de um país, temática que desejamos avançar em trabalhos futuros.

Referências bibliográficas

COSTA, Achyles Barcelos da. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter**. Cadernos IHU Idéias. Unisinos. São Leopoldo. ano 4 – n. 47. 2006. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158329722.22pdf.pdf>. Acesso: 11.12.2008.

FERREIRA, Franklin. **Uma introdução a Max Weber e à obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”**. CPAJ Revista. V. 5. 2000. Disponível em:

http://www4.mackenzie.com.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_V_2000_2/Franklin.pdf. Acesso: 12.12.2008.

GRANOVETTER, Mark. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness**. The American Journal of Sociology. v. 91, n. 3. p. 481-510. 1985. Disponível em: http://instituty.fsv.cuni.cz/~kabele/2008_Construction/Recommended%20readings/Granovetter_embeddedness.pdf. Acesso: 11.12.2008.

MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Guia para Veblen: um estudo da economia evolucionária**. Editora e gráfica universitária – UFPEL. Pelotas, 1998. _____ . **Veblen e o comportamento humano: uma avaliação após um século de A Teoria da Classe Ociosa**. Cadernos IHU Idéias. São Leopoldo. ano 3, n. 42, 2005. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes/edicoes/1158330209.73pdf.pdf>. Acesso: 01/06/2007.

PASSIANI, Ênio. **Max Weber: um pensador da cultura**. Dialogia. v. 0. out/2001. Disponível em: <http://www4.uninove.br/ojs/index.php/dialogia/article/view/788/687>. Acesso: 01.06.2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Origens éticas e sociais do empresário paulista**. RAE. Rio de Janeiro. n. 11. p. 83-106. 1964. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1964/64.OrigensEtnicasSociais.pdf>. Acesso: 14.01.2009.

RAUD-MATTEDI, Cécile. **A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2005, vol.20, n.57, pp. 127-142. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000100008&script=sci_abstract&tlnq=pt. Acesso: 11.12.2008. _____ . **Análise crítica da sociologia econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação**. Disponível em: <http://www.nusmer.ufsc.br/uploads/files/1931-5533-1-PB.pdf>. Acesso: 12.12.2008.

SANTOS, Eurico A. González Cursino dos. **Magia e cultura colonial brasileira - reflexões metodológicas no espírito de Max Weber**. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 11-26, set. 1999. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/CienciasSociaiseReligiao/article/viewPDFInterstitial/2149/839>. Acesso: 11.12.2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Abril Cultural. São Paulo. 1982.

SELL, Carlos Eduardo. Leituras de Weber e do Brasil: da política à religião, do atraso à modernidade. Ciências Sociais Unisinos. v. 43, n. 003. p. 241-8. São

Leopoldo. set-dez. 2007. Disponível em:
<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/938/93843306.pdf>. Acesso: 12.12.2008.

SOUZA, Jessé. **A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro.**

Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 13, n. 38. São Paulo. 1998.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300006&script=sci_arttext)

[69091998000300006&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000300006&script=sci_arttext).

Acesso: 08.11.2008.

WEBLEN, Thorstein. A Teoria da Classe Ociosa. **Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1965.**

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista.** Companhia das Letras. São Paulo. 2004. p. 335.